

Ferrovias Norte Sul S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da

Ferrovia Norte Sul S.A.

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovia Norte Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras

com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a

auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Norte Sul S.A. em

31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para

fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 25 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo

em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Tulio Fernandes Ferreira

Contador CRC MG-058176/O-0

Relatório da Administração

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

O ano de 2014 foi muito importante para a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), pois foi marcado por um bom desempenho econômico e operacional, além da superação de recordes de produção.

Com o objetivo de suportar o crescimento previsto em seu plano de negócios, a companhia realizou investimentos significativos. Investimentos na via permanente possibilitaram a conclusão de 4 (quatro) pátios, bem como o início da ampliação de 11 (onze) outros pátios. Foram iniciadas também, obras de melhorias no posto de abastecimento de Eldorado e Paulínia, o que irá contribuir para um melhor desempenho e segurança operacional. Em relação à operação e acesso a terminais, a FCA finalizou as obras do Terminal Integrador de Guará (TIGU), que permitirá aumentar a capacidade de carregamento e exportação de açúcar através do corredor Centro-Sudeste.

Os investimentos realizados contribuem para a ampliação da capacidade de circulação de trens, o que impacta diretamente a eficiência operacional e produtividade, possibilitando, portanto, um melhor atendimento ao cliente. Também como resultado desses investimentos, a FCA alcançou maior eficiência no atendimento de condicionantes ambientais, o que reforça o comprometimento da companhia com o meio ambiente.

Em termos operacionais são nítidos os resultados dos investimentos realizados desde 2012. O ano de 2014 foi marcado por recordes de produção e operação: um novo recorde de volume transportado foi atingido, superando em 6,7% o recorde alcançado no ano anterior. O volume de grãos carregado em 2014 superou em 17,5% o recorde estabelecido em 2013, com destaque para o corredor Centro-Sudeste que aumentou em 141% o volume transportado. Os outros destaques na operação, e que representam novos recordes, foram o incremento de 21,9% no volume de fertilizantes importados através do porto de Tubarão e o aumento de 33,0% no transporte de minério de ferro.

Em 2014 a empresa demonstrou novamente seu compromisso com sua trajetória de crescimento e melhoria operacional. Ainda temos um longo caminho pela frente e vamos trilhá-lo com toda a paixão que move nossa empresa.

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Relatório da Administração

Desempenho Operacional

Volume (TKU MM)			
Segmento	2014	2013	Variação %
Agricultura	10.159	9.298	9%
Industrializados	3.981	3.536	13%
Siderurgia	1.027	1.088	-6%
Total	15.167	13.922	9%

Receita Líquida (R\$ MM)			
Segmento	2014	2013	Variação %
Agricultura	808	668	21%
Industrializados	434	385	13%
Siderurgia	187	167	11%
Total	1.429	1.220	17%
Receita Não Comercial	71	56	27%

Yield (R\$ Mil / TKU)			
Segmento	2014	2013	Variação %
Agricultura	79,58	71,79	11%
Industrializados	109,03	108,85	0%
Siderurgia	181,58	153,92	18%
Total	94,22	87,62	8%

Em 2014, a produção foi de 15,2 bilhões de TKU, (+9%) acima da produção de 2013.

O crescimento da produção de 2013 para 2014 na FCA foi alavancado principalmente pela exportação de soja e milho no segmento de Agricultura e pelo transporte de bauxita e insumos para cimenteiras no segmento de Industrializados.

A localização estratégica da FCA, com atuação nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, permite que seus serviços se apresentem como uma importante opção logística para a economia brasileira. Os produtos transportados pela companhia são agrupados em três segmentos chaves: Agricultura, Siderurgia e Industrializados.

Agricultura

O desempenho da FCA neste setor está diretamente ligado ao desenvolvimento agrícola de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Mato Grosso. Estes estados encontram na FCA uma alternativa economicamente viável para exportar parte de seus grãos e açúcar e importar fertilizantes.

No segmento de agricultura, a FCA obteve em 2014 uma Receita Líquida de R\$ 808,44 milhões, (+21,1%) acima do resultado do ano anterior. O volume transportado atingiu 10,2 bilhões de TKU, (+9,3%) em relação a 2013. Os principais produtos transportados foram soja, farelo de soja e açúcar.

Relatório da Administração

Industrializados

Entre os produtos industrializados transportados na área de influência da FCA e com perfil para o transporte ferroviário, destacam-se os combustíveis e produtos ligados a construção civil. O consumo, e transporte, destes dois tipos de subgrupos cresceram na área de influência da VLI a um ritmo mais acelerado do que o previsto para o crescimento do PIB brasileiro.

No transporte de produtos industrializados, a FCA obteve em 2014 uma Receita Líquida de R\$ 434,04 milhões, (+12,8%) em relação a 2013. O volume transportado foi de 4,0 bilhões de TKU, (+12,6%). Podemos destacar combustíveis, calcário e bauxita como os principais produtos transportados nesse segmento.

Siderurgia

A área de influência da FCA é responsável pela movimentação significativa de insumos para a indústria siderúrgica e também de sua produção. Os principais produtos transportados são: calcário, minério e produto siderúrgico.

No segmento de Siderurgia, a FCA obteve em 2014 uma Receita Líquida de R\$ 186,5 milhões, crescimento de (+11,4%) ante 2013. O volume transportado atingiu 1,0 bilhão de TKU, decréscimo de (-6%) em relação ao ano anterior.

Desempenho Financeiro

A Receita Bruta fechou o ano de 2014 em R\$ 1.744,9 milhões, uma evolução de (+17,8%), em relação a 2013. Ainda em 2014 a Receita Líquida apresentou um aumento de (+17,6%) sobre o exercício anterior, atingindo R\$ 1.500,4 milhões.

Os Custos Totais alcançaram R\$ 1.275,5 milhões no ano de 2014, um aumento de (+4,1%) em relação a 2013. Os principais fatores que impactaram esse crescimento nos custos foram o aumento nas despesas com manutenção em locomotivas e vagões, combustíveis e custos diretos (tráfego mútuo/direito de passagem).

O EBITDA foi de R\$ 206,9 milhões em 2014, ante o resultado de - R\$ 65,2 milhões no exercício anterior.

Como Resultado Líquido, em 2014 a FCA reportou R\$ 38,0 milhões. Tal resultado foi motivado pelo diferimento do IR como contrapartida dos créditos de prejuízo fiscal vendido à Vale S/A. O resultado reportado representa uma redução ante o Resultado Líquido do ano anterior devido a significativa redução do diferimento do IR em relação a 2013.

Relatório da Administração

Evolução (R\$ Mil)	2014	2013	Var %
Receita Bruta	1.744,9	1.481,8	17,8%
(-) Deduções	(244,5)	(205,5)	19,0%
Receita Líquida	1.500,4	1.276,3	17,6%
(-) Custos Totais	(1.275,5)	(1.225,0)	4,1%
(+/-) Outras Receitas/Despesas Oper.	(18,0)	(116,5)	-84,5%
EBITDA	206,9	(65,2)	-417,5%
Margem EBITDA	13,8%	-5,1%	
(-) D&A	(256,4)	(220,0)	16,6%
(-) Resultado Financeiro Líquido	18,1	(163,4)	-111,1%
(-) IR&CSLL	69,4	605,0	-88,5%
Resultado Líquido	38,0	156,4	-75,7%

Investimentos

Em 2014, os principais valores investidos pela FCA somaram R\$ 424,8 milhões contra um montante de R\$ 508 milhões em 2013, R\$ 688 milhões em 2012 e R\$ 380,7 milhões em 2011. Os recursos foram alocados principalmente na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante) e em projetos de meio ambiente, saúde e segurança.

Gestão de Pessoas

A FCA tem realizado grandes investimentos no treinamento e desenvolvimento de seus funcionários, convicta de que a qualidade dos serviços que oferece e a satisfação de seus clientes estão relacionadas diretamente ao profissionalismo e motivação de seus funcionários. O desenvolvimento do empregado é algo muito valorizado internamente.

Os principais programas para atração e incorporação de novos funcionários, os chamados programas de porta de entrada foram:

- Programa de Estágio;
- Programa de Trainee Ferroviário;
- Programa de Trainee Corporativo;
- Jovens aprendizes;
- Inclusão de pessoas com deficiência – PCD;

Por meio de Pesquisa de Engajamento, a FCA procura entender e avaliar as necessidades de seus funcionários desdobrando os resultados em planos de ação. Como iniciativa para reter e desenvolver os melhores talentos a companhia utiliza dos programas de Carreira e Sucessão e Avaliação de Desempenho.

Todo esse conjunto de ações e programas evidencia o robusto investimento em desenvolvimento profissional que a companhia tem realizado ao longo dos anos.

Responsabilidade Social

A FCA acredita na prática da responsabilidade social e trabalha visando o bom relacionamento com os municípios em que opera. A empresa promove projetos e atividades para fomentar o desenvolvimento social e cultural das comunidades, tendo como principal foco a segurança. Além disso, a Companhia mantém um canal direto de comunicação com as comunidades, o “Alô Ferrovias”, que esclarece dúvidas, recebe denúncias e sugestões 24 horas por dia.

Relatório da Administração

Meio Ambiente

Em 2014, unificamos o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) com o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança (SGSS), baseado nas diretrizes da norma ISO 14001 e OSHAS 18001. Este modelo estabelece os requisitos para o planejamento e operação dos controles associados aos aspectos e riscos de saúde, segurança e meio ambiente – SSMA, decorrentes das atividades e serviços desenvolvidos pela VLI, apresentando requisitos a serem atendidos para garantir a adequada evolução de todos os seus processos organizacionais.

A FCA realizou, em 2014, investimentos significativos para a redução do consumo de água, redução na geração de resíduos, incentivos para reciclagem (coleta seletiva), segregação da rede de efluente/pluvial, tratamento do efluente industrial, investigação dos potenciais passivos e recuperação de áreas.

Com o objetivo de realizar práticas sustentáveis em suas áreas de influência, há três anos teve início o Programa de Educação Ambiental da Ferrovia Centro Atlântica, trabalho este que teve continuidade durante o ano de 2014 e no qual estão envolvidos os municípios dos Estados por onde passa a ferrovia. Essa iniciativa estende-se inclusive aos nossos empregados e terceiros. As ações abordadas no Programa visam despertar a consciência crítica dos envolvidos para a mudança de comportamento e atitude.

Audidores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

Belo Horizonte, 27 de Fevereiro de 2015.

A Administração

Notas Explicativas

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia, no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado do Tocantins. O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.
- 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia, vide nota explicativa 4.16. O trecho encontra-se em operação.

Em 31 de março de 2011, a VLI S.A ("VLI") transferiu para a VLI Multimodal S.A. o montante de 1.354.911.141 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A., alterando desta forma o controle acionário direto da Companhia.

Notas Explicativas

E em 1º de abril de 2014, mediante a abstenção de sua participação na Companhia, a Vale S.A aumentou o capital social da VLI S.A em R\$ 379.766, mediante a emissão de 410.279.538 (quatrocentos e dez milhões, duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, relativas à sua participação na Companhia.

Desta forma o capital social da Companhia passa a ter o controle acionário de 79,12% da VLI Multimodal S.A e 20,88% da VLI S.A.

Em abril de 2014, a Vale S.A efetivou a transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.509.200, representados por 1.778.158.082 ações ordinárias, para Mitsui & Co. ("Mitsui"). Nesta operação R\$ 709.200 foram pagos diretamente à Vale S.A. e R\$ 800.000 aportados na VLI.

Ainda em abril de 2014 a Vale S.A. efetivou a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000, representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ("FI-FGTS"), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Em Agosto de 2014, a Vale S. A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000, representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale S.A..

Com a conclusão dessa operação a VLI (controladora indireta) passa a ser controlada por um acordo de acionistas celebrado entre Vale, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield.

4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2015.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e de acordo com a NBC TG 26 (R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis", de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigendo a partir de 1º de janeiro de 2014 que tenham tido um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Outros aspectos relacionados à apresentação das informações contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Notas Explicativas

4.3 - Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de “empréstimos e recebíveis”. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no decorrer do período, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”).

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou *impairment*).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

d) Estoques

O Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

e) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas, operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.13.

g) Intangível

Refere-se ao valor pago para operar os trechos de subconcessão entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins, acrescidos dos custos pela atualização aplicada às parcelas a vencer da subconcessão e benfeitorias realizadas nos trechos ferroviários.

A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.14.

Notas Explicativas

h) *Impairment* de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados para verificação de redução do valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

j) Subconcessão a pagar

No Brasil, o serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação do serviço de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da interpretação ITG 01 (que aprova o ICPC 01) não se aplicam aos contratos de concessão e subconcessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação CTG 05 (que aprova o OCPC 05) - Contratos de Concessão, considerando que :

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente;

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

Notas Explicativas

I) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação nos lucros

A Companhia constituiu provisão de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo VLI.

m) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades ferroviárias como estadia de vagões e aluguel de locomotivas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança;
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e;
- 3) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros.

As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando:

- decorrido o prazo de competência ; ou
- da prestação de serviços futuros;

n) Dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas da Companhia será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos dos artigos 195.a e 202 da Lei 6.404/76.

o) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

p) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.28, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a sua Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

q) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1º de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

r) Capital Social

Ações ordinárias - custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Notas Explicativas

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis.

4.4 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis intermediárias com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes. A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a Administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

a) Benefícios de plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Subconcessão

Conforme descrito na Nota 3.2(m) a Companhia segue as orientações da ITG 01 (que aprova o ICPC 01) e da CTG 05 (que aprova o OCPC 05) para contabilizar a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.

Notas Explicativas

- II. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- III. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

c) Redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

d) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Bancos	2.833	311
Aplicações Financeiras	5.977	17.518
	8.810	17.829

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 100,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 - Contas a receber

Circulante	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes	18.604	22.036
Contas a receber partes relacionadas	3.556	1.675
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(803)	(220)
	21.357	23.491
 Não circulante		
Contas a receber – VALEC (a)	142.607	136.241

(a) Refere-se a multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários objetos do contrato de subconcessão disposto na nota 4.16. Do valor reconhecido, cerca de R\$ 99.275, refere-se ao

Notas Explicativas

valor principal da multa, enquanto que o restante R\$ 6.367 em 2014 (R\$ 36.965 - 2013), refere-se ao valor da atualização monetária. Os valores contabilizados, já reconhecidos pela Valec, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante (realizável a longo prazo) em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento. A multa esta sendo atualizada mensalmente pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI). O valor final decorrente da referida multa encontra-se ainda em negociação entre a Companhia e a Valec.

As análises de vencimentos estão apresentadas abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	10.505	15.684
Vencidos até 3 meses	637	1.378
Vencidos de 3 a 6 meses	469	2.190
Vencidos acima 6 meses	153.156	140.700
Contas a receber	164.767	159.952

4.7 - Estoques

Os saldos apresentados em estoques são compostos principalmente por combustíveis utilizados na operação da companhia.

4.8 - Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale S.A.	Controle Compartilhado
Brookfield Brasil Infrastructure Fundo de Investimentos em Participações	Controle Compartilhado
Mitsui &Co Ltd	Controle Compartilhado
FI-FGTS	Controle Compartilhado
Brasil Port Holdings L.P.	Controle Compartilhado
VLI S.A.	Controladora Indireta
VLI Multimodal S.A.	Controladora Direta
Demais Empresas	Ligadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balanço Patrimonial	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante		
Contas a receber		
Vale S/A	3.523	1.675
Ferrovias Centro Atlântica S.A	33	
	3.556	1.675
Passivo Circulante		
Fornecedores		
Pasa- Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale		37
Ferrovias Centro Atlântica S.A	67	10
VLI S.A		20
Vale S/A	17.454	13.263
	17.521	13.330

Notas Explicativas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
VLI Multimodal S.A.	68.766	35.120
	<u>68.766</u>	<u>35.120</u>
Benefícios a empregados pós-aposentadoria		
Valia	454	288
	<u>454</u>	<u>288</u>
Demonstrações do Resultado		
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
Receita de aluguel de locomotiva		
Vale S/A	2.405	1.586
VLI Multimodal S.A	13.245	10.459
	<u>15.650</u>	<u>12.045</u>
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
Vale S/A	1.790	(293)
	<u>1.790</u>	<u>(293)</u>
Custos e despesas		
Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões		
VLI Multimodal S.A.	(1.225)	
Vale S/A	(222)	(3.808)
	<u>(1.447)</u>	<u>(3.808)</u>
Custo com direito de passagem		
Vale S/A	(33.666)	(3.698)
	<u>(33.666)</u>	<u>(3.698)</u>
Custo de manutenção de vagões e locomotivas		
Vale S/A		(7.999)
		<u>(7.999)</u>
Custo dos serviços		
PASA	(156)	
	<u>(156)</u>	
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(531)	(491)
	<u>(531)</u>	<u>(491)</u>

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FNS tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

O saldo a pagar no passivo circulante é referente a compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

Notas Explicativas

Os custos com Direito de passagem representam os valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás - EFC.

Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

Refere-se à conversão de dívida relativa à compra de locomotivas e vagões oriunda de sua controladora e visa atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia.

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora VLI, sem o respectivo reembolso.

4.9 - Tributos a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS a recuperar	5.280	4.582
Imposto de renda retido na fonte	1.095	683
Imposto de renda e contribuição social antecipados	2.451	27
	8.826	5.292
Não Circulante		
ICMS a recuperar	12.812	12.081
	12.812	12.081
Tributos a recuperar - total	21.638	17.373

Os créditos tributários referentes aos Impostos sobre a Circularização de Mercadorias e Serviços ("ICMS") serão compensados após o início das operações de fluxos de transportes internos no estado do Maranhão.

4.10 - Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	1.938	658
Outras despesas anetcpadas	859	
	2.797	658

As despesas pagas antecipadamente em 31 de dezembro de 2014 tem sua composição a seguir:

	Valor	Parcelas a Apropriar	Vigência
Circulante			
Prêmios de seguros pagos antecipadamente			
Responsabilidade Civil Geral	432	11 parc. R\$36	396 nov/2014 a nov/2015
Riscos Operacionais	1.339	9 parc. R\$111,5 e 1 parc.R\$97	1.101 out/2014 a out/2015
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário-RCTF-C	563	10 parc. R\$44,1	441 nov/2014 a nov/2015
Outras despesas antecipadas	859	1 parc.	859
		2.797	

Notas Explicativas

4.11 - Demais contas a receber

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Adiantamento a empregados	1.447	443
Adiantamento a fornecedores	2.659	144
Contas a receber - TAC IBAMA_VALEC	11.860	
Outras contas	372	54
	16.338	641

4.12 - Incentivos Fiscais - reinvestimento

Reinvestimento e Receita Diferida

Reinvestimento - trata-se de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios.

A FNS irá optar pelo incentivo na sua Declaração de Rendimentos e depositar os valores correspondentes nas agências do Banco do Nordeste (BNB), ficando esse montante, enquanto não aplicado, reservado e preservado em conta vinculada remunerada pelo Banco, com base na Taxa Extramercado divulgada pela Banco Central do Brasil, da data da efetivação do depósito até a da sua efetiva liberação.

Os valores recolhidos ao BNB podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou recondicionados.

4.13 - Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo imobilizado tinha a seguinte composição:

				31/12/14	31/12/13
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
					Líquido
Imóveis	33,3 a 40 anos	2,78%	13.991	(544)	13.447
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 a 50 anos	3,45%	16.926	(738)	16.188
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	12,14%	14.302	(3.414)	10.888
Embarcações e aeronaves	3 a 6,6 anos	17,90%	5.719	(2.590)	3.129
Veículos	10 anos	10,00%	1.065	(304)	761
Bens administrativos/auxiliares	5 anos	20,00%	393	(264)	129
Equipamentos e aplicativos de informática	12,5 a 25 anos	4,36%	17.252	(5.351)	11.901
Locomotivas	33,3 anos	3,00%	98.657	(16.227)	82.430
Outros ativos			168.305	(29.432)	138.873
Benfeitorias em curso			62.832		62.832
					52.563

Notas Explicativas

Total benfeitorias em curso		62.832		62.832	52.563
		231.137	(29.432)	201.705	189.130

Imobilizado - Custo	31/12/13	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/14
Imóveis	6.944			7.047		13.991
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	16.710			216		16.926
Equipamentos autônomos	13.644			3.789	(3.131)	14.302
Embarcações e aeronaves	4.128			1.591		5.719
Veículos	871			194		1.065
Bens administrativos/auxiliares	383		(4)	132	(118)	393
Equipamentos e aplicativos de informática	17.252					17.252
Locomotivas	98.311			346		98.657
Provisão para descomissionamento						
Outros ativos	158.243		(4)	13.315	(3.249)	168.305
Benfeitorias em curso	52.563	23.584		(13.315)		62.832
Total benfeitorias em curso	52.563	23.584		(13.315)		62.832
	210.806	23.584	(4)		(3.249)	231.137

Imobilizado - depreciação	31/12/13	Adições	Baixas	31/12/14
Imóveis	(169)	(375)		(544)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(287)	(451)		(738)
Equipamentos autônomos	(2.471)	(943)		(3.414)
Embarcações e aeronaves	(1.558)	(1.032)		(2.590)
Veículos	(202)	(102)		(304)
Bens administrativos/auxiliares	(189)	(78)	3	(264)
Equipamentos e aplicativos de informática	(3.849)	(1.502)		(5.351)
Provisão para descomissionamento	(12.951)	(3.276)		(16.227)
	(21.676)	(7.759)	3	(29.432)

Os gastos com ativos imobilizado e intangível são registrados como ativo imobilizado e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na subconcessão). Os ativos relacionados à subconcessão são transferidos para o ativo intangível.

As adições no imobilizado em curso referem-se, substancialmente, as benfeitorias na malha ferroviária.

	31/12/14	31/12/13
Aquisição Terminal de Santa Luzia		
Aquisição e modernização de material rodante	4.126	
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	58.567	52.563
Aquisição de Equipamentos Ferroviários	117	
Implantação de Projetos	22	
	62.832	52.563

Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (impairment), ou seja se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

Notas Explicativas

Em 2013 a Administração concluiu, com base nos acordos de transferência de participação acionária do Grupo VLI, que não seria aplicável a constituição de provisões para possíveis perdas de recuperabilidade de ativos.

4.14 - Intangível

O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação, para operar os trechos descritos na Nota 4.1, acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e as benfeitorias na via permanente.

A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

					31/12/14	31/12/13
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Subconcessão	23 anos	3,09%	1.776.431	(307.646)	1.468.785	1.532.645
Softwares adquiridos	1,5 anos	20,00%	761	(540)	221	373
			1.777.192	(308.186)	1.469.006	1.533.018
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis	23 anos	3,09%	9.662	(792)	8.870	5.767
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	4 anos	5,00%	875	(44)	831	
Via permanente	5 a 23 anos	6,59%	129.772	(8.548)	121.224	87.946
Outros ativos	9,6 anos	10,00%	14.864	(124)	14.740	
			155.173	(9.508)	145.665	93.713
Benfeitorias em curso			120.006		120.006	68.667
			2.052.371	(317.694)	1.734.677	1.695.398
Intangível - custo	31/12/13	Adições	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/14	
Direitos de Subconcessão	1.776.431				1.776.431	
Softwares adquiridos	761				761	
	1.777.192				1.777.192	
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis	6.252		3.410		9.662	
Instalações auxiliares/sistemas operacionais			875		875	
Via permanente	90.138		36.503	3.131	129.772	
Outros Ativos			14.746	118	14.864	
	96.390		55.534	3.249	155.173	
Benfeitorias em curso	68.667	106.873	(55.534)		120.006	
	1.942.249	106.873		3.249	2.052.371	

Notas Explicativas

Intangível - amortização	31/12/13	Adições	31/12/14
Direitos de Subconcessão	(243.786)	(63.860)	(307.646)
Softwares adquiridos	(388)	(152)	(540)
Imóveis	(485)	(307)	(792)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais		(44)	(44)
Via permanente	(2.192)	(6.356)	(8.548)
Outros Ativos		(124)	(124)
	(246.851)	(70.843)	(317.694)

A composição do intangível em curso pode ser assim demonstrada:

	31/12/14	31/12/13
Construção e ampliação de pátios e terminais	855	15.198
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	2.957	
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	1.001	469
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	327	
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	114.866	53.000
	120.006	68.667

4.15 - Contingências possíveis não provisionadas

A Companhia possui ação judicial de natureza trabalhista, requerendo o pagamento de horas extras e diferenças salariais, cujo risco de perda é possível, conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 totalizavam R\$ 1.

4.16 - Subconcessão a pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO), conforme mencionado na Nota 4.1.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado dessa parcela de 20% em 31 de dezembro 2014 era de R\$ 146.161 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 140.713). Este valor será suportado por aporte a ser efetuado pela Controladora.

Em 08 de março de 2013 a Companhia celebrou com a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A. um Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a VALEC se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela

Notas Explicativas

Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a Ferrovia Norte Sul. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A e a Vale S.A, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar Plano de Trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a VALEC e a Vale S.A para a solução das pendências relativas às Licenças Ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

4.17 - Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2014	31/12/2013
Salários e encargos	2.521	1.322
Provisão para férias e 13º Salário	1.266	1.358
Benefícios trabalhistas	238	395
Participação nos resultados	3.705	4.484
Outros	3	1
	7.733	7.560

4.18 - Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a compra de serviços e combustíveis destinados a operação e manutenção da via permanente.

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores terceiros (a)	31.585	14.594
Fornecedores partes relacionadas	17.521	13.330
	49.106	27.924
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	30.874	14.594
Mercado externo	711	
	31.585	14.594

4.19 - Obrigações fiscais

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	120	21.897
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	221	340
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	523	528
PIS, COFINS	317	9.942
ISS (Imposto s/ Serviços)	938	533
	2.119	33.240

4.20 – Provisões Operacionais

	31/12/2014	31/12/2013
Seguro Responsabilidade Civil	432	
Seguro Risco Operacional	1.338	
Seguro Responsabilidade Civil Transp. Carga Ferroviária	563	
	2.333	

Notas Explicativas

4.21 - Dividendos propostos

Conforme o ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos devem ser reconhecidos como passivo, somente se atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis. Sendo assim, os dividendos que forem declarados pela assembleia geral, ou outro órgão competente, de acordo com as formalidades previstas no estatuto social, ou equivalente, antes da data-base das demonstrações contábeis atendem aos requisitos de obrigação presente e, portanto, se não pagos, devem figurar no passivo da entidade como obrigação.

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Companhia. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral.

A Companhia registrou, no encerramento do exercício social de 2014, provisão até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. Até 31 de dezembro de 2014 esse valor não havia sido pago aos acionistas.

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido do exercício	57.587	120.073
(-) Compensação de prejuízos acumulados		(26.428)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício ajustado	57.587	93.645
Reserva legal - 5%	(2.879)	(4.682)
Reserva de incentivo fiscal	(7.742)	(16.975)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	46.966	71.988
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(11.741)	(17.997)

4.22 - Patrimônio líquido

a) Capital

Em 1º de abril de 2014, a VALE S.A. transferiu integralmente para a VLI S.A a sua participação societária de 20,88% sobre o patrimônio líquido da Ferrovia Norte Sul S.A, correspondente a 357.565.023 (trezentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e vinte e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A transferência das ações foi avaliada e aprovada com base no laudo contábil, emitido por empresa especializada, elaborado com base no acervo contábil da Ferrovia Norte Sul S.A. de 31 de dezembro de 2013.

Com base no laudo contábil o valor correspondente às ações ordinárias transferidas para a VLI S.A. foi de R\$ 379.766.118,57 (Trezentos e setenta e nove milhões, setecentos e sessenta e seis mil, cento e dezoito reais e cinquenta e sete centavos).

A nova composição acionária da Companhia segue abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	% Participação
VLI S.A.	357.565.023	20,88%
VLI Multimodal S.A.	1.354.911.141	79,12%
Totais	1.712.476.164	100,00%

Notas Explicativas

O capital social é de R\$1.712.476, correspondente a 1.712.476.164 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva para expansão/investimentos é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou aplicação em projetos de benfeitoria em propriedades de subconcessão.

A reserva de incentivos fiscais recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

d) Lucro líquido por ação

Básico e diluído

O lucro líquido básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro líquido (prejuízo) por ação.

	31/12/2014	31/12/2013
Cálculo da média ponderada de ações		
(1.712.476.162 x 12/12)	1.712.476.162	1.712.476.162
Lucro líquido do período	57.587	120.073
Ações em 31 de Dezembro	1.712.476.162	1.712.476.162
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	33,63	70,12

4.23 - Receita dos serviços prestados

	31/12/2014	31/12/2013
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	180.679	122.010
Receita de estadia de vagões	(65)	2.211
Receita de aluguel de locomotivas	15.650	12.045
Receita de serviços acessórios	119.642	71.613
	315.906	207.879
Impostos sobre serviços		
ICMS	(5.401)	(1.893)
PIS	(3.723)	(2.143)
COFINS	(20.309)	(9.871)
	(29.433)	(13.907)
	286.473	193.972
Receita líquida dos serviços vendidos	286.473	193.972

A sazonalidade do mercado no qual a Companhia atua tem repercussão direta em suas operações. Os principais clientes da Companhia atuam em mercados altamente sazonais, como o agronegócio e o

Notas Explicativas

plântio de soja. Qualquer flutuação nesse setor pode causar um efeito adverso nos negócios da Companhia. Os produtos transportados pela Companhia têm apresentado um padrão de sazonalidade muito significativa nos meses de outubro a março, período de entressafra.

4.24 - Custos dos serviços prestados e despesas por natureza

a) Custos dos serviços prestados

	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	(26.256)	(20.931)
Encargos sociais	(1.796)	(4.302)
Serviços contratados	(37.884)	(38.742)
Material e Componentes Ferroviários	(2.179)	(2.200)
Combustíveis	(18.161)	(14.974)
Tráfego Mútuo de frete / direito de passagem	(46.541)	(28.076)
Tributos	(741)	(31)
Diversos	(28)	(220)
Depreciação e amortização	(78.465)	(71.872)
	(212.050)	(181.348)

b) Despesas gerais administrativas

	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal		(256)
Encargos Sociais		(5)
Serviços contratados	(293)	(787)
Combustíveis		(29)
Materiais		(1)
Diversos	(88)	(96)
Tributos	(224)	
Depreciação e amortização	(137)	
	(742)	(1.174)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	2.800	2
Recuperação de despesas	2.121	667
Travessias	19	
Multas contratuais	172	15.398
Multa contratual - Valec		99.275
Alugueis		23
Serviços prestados		12
Outros		218
	5.112	115.595
Outras despesas operacionais		
Tributárias	124	(10.651)
Baixa de Ativos	(2)	(1)
Participação no resultado	(27)	(890)
Outros gastos c/pessoal	(281)	
Pesquisa e desenvolvimento	(1.704)	(691)
Outros	(600)	
Indenizações	(38)	
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(583)	
Provisão para contingências		(186)
Provisão para passivos ambientais		(1.156)
	(3.111)	(13.575)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.001	102.020

Notas Explicativas

4.25 - Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	5.600	2.634
Juros, taxa e multas de mora	825	457
Outras receitas financeiras	84	6
	6.509	3.097
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(55)	(7)
Encargos por atraso	(4)	(21)
Juros, taxas e multas	(1.140)	(270)
Outras despesas financeiras	(61)	
	(1.260)	(298)
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial	800	28.964
	800	28.964
Resultado financeiro	6.049	31.763

4.26 - Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	81.731	81.731	145.233	145.233
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	22	60	133	133
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	583	583	186	186
Constituição de obrigação de benefício de aposentadoria	166	166	(269)	(269)
Constituição(Reversão) de outras provisões, líquida	1.176	1.176	3.219	4.635
Base de cálculo	83.678	83.716	148.502	149.918
Compensação de prejuízos fiscais			(24.880)	(24.880)
Lucro real após prejuízo fiscal	83.678	83.716	123.622	125.038
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	20.896	7.534	(30.882)	(11.254)
Ajuste de anos anteriores	3.421	35		
Incentivos fiscais	(7.742)		(16.975)	
Imposto de renda e contribuição	16.575	7.569	(30.882)	(11.254)

b) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. No presente exercício foi apurado lucro operacional nas atividades da Companhia o que gerou um benefício de R\$ 7.742. O Incentivo é concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2018.

4.27 - Informações por segmento de negócios

Considerando que os segmentos operacionais de suas atividades apresentam características econômicas e financeiras similares, e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

Notas Explicativas

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas e;
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.28 - Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*. Em 31 de dezembro de 2014, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 250.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Transporte Nacional	All Risk	R\$ 150 por evento
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 x Salário Base
	Menores e aprendizes	R\$ 13

4.29 - Benefícios a empregados

A partir de agosto de 2010, com a efetiva contratação de mão de obra própria, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Vale S.A. e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e outras empresas do Grupo VLI são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FNS

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento ("Vesting"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em agosto de 2010 e para ele migraram todos os empregados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, 326 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (em 31 de dezembro de 2013 - 275).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FNS são como segue:

Notas Explicativas

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$ 531 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 491).

	31/12/2014	31/12/2013
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	914	1.022
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	57	166
3. Custo dos juros	108	94
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(42)	
5. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	(37)	
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	-	(413)
c. Efeito da experiência do plano	202	45
6. Obrigação de benefício definido no final do ano	1.202	914
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	626	366
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	74	44
3. Fluxos de caixa		
a. Contribuição paga pela empresa	552	256
b. Benefício pago pelo plano	(42)	
4. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(73)	(42)
5. Valor justo do ativo do plano no final do ano	1.137	624
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	1.202	914
2. Valor justo do ativo do plano	1.137	624
3. Situação financeira do plano	65	290
4. Passivo / (Ativo) líquido	65	290
D. Componentes do custo / (receita) de benefício definido		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	57	166
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	108	94
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	74	(44)
c. Custo líquido total dos juros	182	50
3. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	239	216
4. Redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	(37)	
b. Efeito da alteração de premissas financeiras		(413)
c. Efeito da experiência do plano	202	45
d. Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) (*)	73	42
e. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	238	(326)
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	477	(110)
E. Reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	288	655
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	239	215
3. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	238	(326)
4. Fluxos de caixa		
a. Contribuição paga pela empresa	(552)	(256)
5. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano	213	288

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas

Notas Explicativas

contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, em curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

4.30 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, subconcessão a pagar e passivos com partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de riscos financeiros

As atividades da FNS a expõe a riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

(a) Riscos de Mercado

Riscos de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FNS, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel(principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pela Subconcessão a pagar (Nota 4.16), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Notas Explicativas

(b) Riscos de créditos

Os riscos de créditos são administrados corporativamente. Os riscos de créditos são decorrentes de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e "*rating*" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Notas Explicativas

Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 possuem vencimento no curto prazo (menos de 12 meses).

Instrumentos financeiros

Abaixo relacionamos os Instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros		
Contas a receber	17.801	21.816
Partes relacionadas	3.556	1.675
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	2.833	311
Aplicações financeiras	5.977	17.518
	30.167	41.320
Passivos financeiros		
Fornecedores	31.585	14.594
Partes relacionadas	17.521	13.327
Arrendamentos, Concessão e Subconcessão a pagar	146.161	140.713
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	68.766	35.120
	264.033	203.754

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	31/12/2014	31/12/2013
Total passivo	289.442	244.844
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.810)	(17.829)
	280.632	227.015
Patrimônio líquido	1.864.648	1.818.803
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	68.766	35.120
Total patrimônio líquido+ AFAC	1.933.414	1.853.923
	14,51%	12,25%

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	8.810	17.829
Contas a receber	4.6	21.357	23.491
Estoques	4.7	1.504	884
Tributos a recuperar	4.9	8.826	5.292
Despesas pagas antecipadamente	4.10	2.797	658
Demais contas a receber	4.11	16.338	641
		<u>59.632</u>	<u>48.795</u>
Não circulante			
Contas a receber	4.6	142.607	136.241
Tributos a recuperar	4.9	12.812	12.081
Incentivos fiscais - reinvestimento	4.12	2.657	-
Imobilizado	4.13	201.705	189.130
Intangível	4.14	1.734.677	1.695.398
		<u>2.094.458</u>	<u>2.032.850</u>
Total do ativo		<u>2.154.090</u>	<u>2.081.645</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	4.18	49.106	27.924
Obrigações fiscais	4.19	2.119	33.240
Obrigações sociais e trabalhistas	4.17	7.733	7.560
Dividendos propostos	4.21	11.742	17.997
Provisões operacionais	4.20	2.333	-
		<u>73.033</u>	<u>86.721</u>
Não circulante			
Benefícios a empregados	4.29	454	288
Subconcessão a pagar	4.16	146.161	140.713
Incentivos fiscais - receitas diferidas	4.12	1.028	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	4.8	68.766	35.120
		<u>216.409</u>	<u>176.121</u>
Patrimônio líquido	4.22		
Capital social		1.712.476	1.712.476
Ajustes de avaliação patrimonial		-329	-329
Reservas de lucros		152.501	106.656
Patrimônio líquido		<u>1.864.648</u>	<u>1.818.803</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.154.090</u>	<u>2.081.645</u>

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida de serviços prestados	4.23	286.473	193.972
Custo dos serviços prestados	4.24(a)	-212.050	-181.348
Lucro bruto		74.423	12.624
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	4.24 (b)	-742	-1.174
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.24 (c)	2.001	102.020
		1.259	100.846
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		75.682	113.470
Resultado financeiro	4.25	6.049	31.763
Despesas financeiras		-1.260	-298
Receitas financeiras		6.509	3.097
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		800	28.964
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		81.731	145.233
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.26	-24.144	-25.160
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		-31.886	-42.135
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		7.742	16.975
Incentivos fiscais			
Lucro líquido (Prejuízo) do período		57.587	120.073
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		57.587	95.002
Participação dos não-controladores			25.071
		57.587	120.073
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$		33,63	70,12

Em milhares de Reais

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	57.587	120.073
Ajustes:		
Depreciação e amortização	78.602	71.872
Provisão para perdas e contingências	583	186
Despesas com variação monetária/cambial	-800	-28.964
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	2	2
Despesa da obrigação de benefício	166	-41
Incentivo fiscal	-7.742	-16.975
	128.398	146.153
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	1.551	-118.196
Estoques	-620	-403
Tributos a recuperar	-4.267	-4.271
Despesas antecipadas	-2.139	215
Incentivos fiscais - reinvestimento - SUDENE	-2.657	
Outros ativos	-15.695	-199
Fornecedores	21.295	222
Impostos, taxas e contribuições a recolher	-23.379	49.154
Salários e obrigações sociais	173	4.022
Arrendamento e concessões a pagar	-228	228
Receitas diferidas - Incentivos fiscais - SUDENE	1.028	
Outros passivos	2.331	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	105.791	76.925
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado e intangível	-130.459	-138.799
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-130.459	-138.799
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.646	35.120
Dividendos pagos	-17.997	
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	15.649	35.120
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	-9.019	-26.754
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.829	44.583
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.810	17.829

Em milhares de Reais

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		
Vendas brutas de serviços	315.906	207.879
Outras receitas (despesas)	5.112	115.409
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	-583	
	320.435	323.288
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-56.153	-30.344
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-66.281	-51.938
líquida de reversões		
Outros	-4.524	-3.676
	-126.958	-85.958
Valor Adicionado bruto	193.477	237.330
Depreciação, amortização	-78.602	-71.872
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	114.875	165.458
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	13.027	40.117
	13.027	40.117
Valor adicionado total a distribuir	127.902	205.575
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	17.801	14.818
Benefícios	7.659	7.693
F.G.T.S.	1.138	988
Outros gastos com pessoal	463	284
	27.061	23.783
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	35.442	51.443
Estaduais	823	1.918
Municipais	10	4
	36.275	53.365
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	6.979	8.354
	6.979	8.354
Remuneração de Capital próprio		
Lucro líquido do período	57.587	120.073
	57.587	120.073
Valor Adicionado distribuído	127.902	205.575

	Reservas de lucros		
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de expansão
			Reserva de incentivos fiscais
Em 31 de dezembro de 2012	1.712.476	1.878	26.526
Resultado abrangente do período			
Lucro líquido do exercício			
Total do resultado abrangente			
Outros resultados abrangentes			
Previdência privada de investidas			
Total dos outros resultados abrangentes.			
Contribuição e distribuição aos acionistas			
Dividendos			
Transferência entre reservas		4.682	53.991
Aportes de capital no decorrer do período			16.975
Total de contribuição e distribuição aos acionistas		4.682	53.991
			16.975
Em 31 de dezembro de 2013	1.712.476	6.560	80.517
Resultado abrangente do período			
Lucro líquido do exercício			
Total do resultado abrangente			
Outros resultados abrangentes			
Realização de ajustes patrimoniais			-1.860
Total dos outros resultados abrangentes			-1.860
Contribuição e distribuição aos acionistas			
Constituição de reservas		2.879	37.084
Dividendos			7.742
Total de contribuição e distribuição aos acionistas		2.879	37.084
			7.742
Em 31 de dezembro de 2014	1.712.476	9.439	117.601
			25.461

Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	-26.428	1.717.056
	120.073	120.073
	120.073	120.073
-329		-329
-329		-329
	-17.997	-17.997
	-75.648	
	-93.645	-17.997
-329		1.818.803
	57.587	57.587
	57.587	57.587
	1.860	
	1.860	
	-47.705	
	-11.742	-11.742
	-59.447	-11.742
-329		1.864.648